

TODO CAMBURÃO TEM UM POUCO DE NAVIO NEGREIRO POSSÍVEIS ANALOGIAS ENTRE O CAPITÃO DO MATO E O POLICIAL

Eliezer Santos¹
Jordânia Freitas²
Shagaly Araujo³

Resumo: Este trabalho pretende explicitar possíveis ligações ideológicas entre o policial da atualidade e o capitão do mato do regime escravocrata, tomando como base a observação das ideias dispostas pelo e sobre o narrador-personagem do livro *Elite da Tropa*, escrito por Luiz Eduardo Soares, André Batista e Rodrigo Pimentel, além dos registros históricos contidos no livro *Da fuga ao suicídio* de José Alípio Goulart. Essas referências possibilitarão perceber como esses indivíduos parecem comungar de um conjunto de práticas coercitivas, dentre as quais a mais forte seria a de ver o sujeito negro como suspeito em potencial.

Palavras-chave: Capitão do mato. Policial. Segurança pública.

*É mole de ver
Que em qualquer dura
O tempo passa mais lento pro negão
Quem segurava com força a chibata
Agora usa farda
Engatilha a macaca
Escolhe sempre o primeiro
Negro pra passar na revista
Pra passar na revista*

(**Todo camburão tem um pouco de navio negreiro** – Marcelo Yuka)

Os capitães do mato eram homens responsáveis pela captura de negros fugidos. Em sua maioria, eram libertos, que exerciam essa função em troca de um pagamento por parte dos proprietários, conhecido como tomadia. A escolha de ex-escravizados para o cargo se dava pelo fato de estes conhecerem bem as rotas de fuga. Conforme Bezerra (2004), nem todos os “forros” estavam aptos para o ofício, pois

¹ Estudante de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade 2 de Julho (eliezersj@hotmail.com).

² Estudante de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade 2 de Julho (jordaniafreitas@bol.com.br).

³ Estudante de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia (shagaly.araujo@gmail.com).



para um homem livre pobre tornar-se capitão do mato, era necessário que fossem reconhecidos nele “bons antecedentes”, ratificados por uma recomendação prestigiosa. Por isso, o interessado em tornar-se capitão do mato deveria se apresentar a um “homem-bom”, que o recomendaria às autoridades locais (BEZERRA, 2004).

O termo “capitão do mato” faz alusão a um pássaro homônimo, que auxiliava os homens no resgate dos fugitivos. Quando estes adentravam nas matas, a ave cantava estridentemente, o que permitia aos capitães identificar o esconderijo.

Para atuar em seu trabalho, o capitão recebia de seu contratante armamento e uma equipe de homens para auxiliá-lo nas buscas. Este, como descreve Rugendas (1824), também utilizava cães ensinados, além de outros recursos, caso fosse necessário. O cargo era exercido no período de um ano, podendo ser estendido, mediante o aval do Império. Sua posição social era ambivalente, pois se situava entre a camada escravizada e o senhorio. Entretanto, o capitão do mato gozava de baixo prestígio na sociedade. Nascimento (2006) explica que

mesmo sendo considerado livre, o negro que já fora escravo não tinha sua integração à sociedade assegurada. Este negro não circulava tranquilamente entre os brancos, nem entre os negros escravos, restando-lhes a vida marginalizada, ou seja, não possuía seus espaços de fato como Homem Livre na sociedade. Diante disso alguns se entregavam a função de perseguir e ir contra os negros que apresentassem tipos específicos de resistência ao sistema vigente. Faziam isso como forma de ofício, como maneira de ganhar sua ascensão social, como forma de transitar próximo dos senhores, numa falsa impressão de participar da elite (NASCIMENTO, 2006).

Não há registros de quando surgiu esta profissão, entretanto, sua normatização se deu a partir do século XVIII. De acordo com Goulart (1972, p. 77) o ofício “resultou de geração espontânea, motivada pela imperiosa necessidade de capturar escravos fugidos, não só para fazê-los retornar à posse e aos serviços de seus senhores, como para reprimir suas constantes tropelias⁴”.

Para a sociedade brasileira colonial, o capitão do mato figurava-se como o instrumento usado pelas autoridades para a manutenção da ordem escravista, mediante o uso de métodos repressores e hostis, alicerçado pelo poder armado, para com a população negra subalternizada. Atualmente, podemos identificar, no ofício policial, vestígios da postura adotada pelos capitães de outrora, tendo em vista que ele assume hoje tal papel, aspecto observado no livro *Elite da Tropa*, escrito por Luiz Eduardo Soares, André Batista e Rodrigo Pimentel, em 2005.

A obra descreve o cotidiano do Batalhão de Operações Especiais do Rio Janeiro – BOPE, sob o prisma de um policial negro, estudante do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica – PUC, que, em nenhum momento da narrativa, tem seu nome

⁴ Astúcia, travessura.

citado. As situações descritas na obra mostram aspectos psicológicos e metodológicos que giram em torno da função policial, os quais servem como suporte comparativo na observação de semelhanças com as práticas do capitão do mato.

A organização hierárquica do sistema de segurança pública da contemporaneidade assemelha-se com a estrutura que demarcava os papéis dos agentes que compuseram a base escravocrata, como observamos neste trecho: “O governador dorme o sono dos justos; o secretário descansa em berço esplêndido; o comandante repousa como um cristão; e o soldado, lá na ponta, suja as mãos de sangue” (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 37). Assim como o capitão do mato ocupava um dos últimos lugares na escala de controle do sistema vigente em sua época, o policial é quem executa, no cotidiano, as táticas esquematizadas por seus superiores.

O elemento primordial na associação desses personagens é, sem dúvida, o objeto de perseguição compartilhado por ambos: o negro. O narrador-personagem do livro *Elite da Tropa* deixa claro que a abordagem policial mais rigorosa é direcionada, quase que automaticamente, à população negra, obedecendo ao imaginário predominante na sociedade, que projeta no sujeito negro o estigma de indivíduo suspeito:

não vamos ser cínicos e fingir que vivemos no paraíso da democracia racial. E não estou falando só porque sou negro e vítima do preconceito, não. Milhões de vezes me pego discriminando também. Na hora de mandar descer do ônibus, você acha que escolho o mauricinho louro de olhos azuis, vestidinho para a aula de inglês, ou o negrinho de bermuda e sandália? E não venha me culpar. Adoto o mesmo critério que rege o medo da classe média. É isso mesmo, a seleção policial segue o padrão do medo, instalado na ideologia dominante, que se difunde na mídia (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 135).

A percepção estereotipada adquirida pela maioria da população em relação ao negro, não provém unicamente de vivências atuais. Ela também é fruto de um construto histórico, que sempre o apresentou como um ser inferior, marginalizado e propenso à atividades criminosas. Nesse sentido, a ideologia dominante que se prolifera ao longo dos anos, apresenta-se como estímulo e reforço para justificar as ações policiais:

vocês ficam me olhando com essa cara e resmungando, mas eu queria ver se fosse uma negrinha de cabelo pixaim, malvestida. Duvido que me viessem com essas delicadezas. Atire em mim a primeira pedra quem jura que não faria galhofa da pobre coitada e não faria questão de contribuir com um pontapé para a surra na negrinha. Como você vê, a cor da pele é a nossa bússola. E, nisso, somos apenas adeptos modestos fiéis da cultura brasileira (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 136 – 137).

As semelhanças entre as figuras em discussão neste artigo evidenciam-se, se observarmos, também, as descrições trazidas por Goulart (1972) sobre o “caçador de escravos”, em seu livro *Da Fuga ao Suicídio*, e as compararmos com os relatos

dispostos em *Elite da Tropa*. As obras, em certos momentos, dialogam entre si, tendo em vista que narram indivíduos situados em diferentes momentos históricos, mas que possuem características extremamente parecidas.

Goulart (1972) descreve o capitão do mato como:

corpulento, de má catadura, *que* tem o andar macio dos felinos e a disposição dos afeitados à luta, em especial, a capoeiragem. O chapéu de abas largas, desborda-lhe, sobre o rosto, escondendo-lhe a direção do olhar: no olhar duro, penetrante e frio; ou defende-lhes das soalheiras faiscantes e abrasadoras do verão. Botas de cano alto, de couro flexível de veado, montam-lhe ao meio das coxas. Longa capa de baeta despenca-lhe dos ombros, agasalhando-o nas épocas invernosas. No punho, dependurada, a indefectível tala, pronta a entrar em ação no lombo de qualquer das arimárias: no do cavalo ou no do escravo (IDEM, 1972).

A postura e a indumentária deste profissional funcionavam como um modo de confirmação da autoridade que lhe era conferida. Para o policial contemporâneo, atributos como estes, aliados ao uso de armamento mais sofisticado, não são simplesmente elementos que compõem seu fardamento, mas sim, uma representação simbólica, que, em si, já demarca a ideologia do aparelho policial:

temos um puta orgulho do uniforme preto e do nosso símbolo: a faca cravada na caveira. Os marginais tremem diante de nós. Não vou iludir você: com os marginais, não tem apelação. À noite, por exemplo, não fazemos prisioneiros. Nas incursões noturnas, se toparmos com vagabundo, ele vai pra vala (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 26).

Essa imagem arquetípica, que dá ao fardamento militar um peso ideológico, é assinalada também por Foucault (2004):

o soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas - essencialmente lutando - as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra (FOCAULT, 2004, p. 141).

As rondas policiais, intensificadas nos últimos tempos, e a captura dos negros fugidos aparecem nas narrativas seguintes como verdadeiras caçadas: “caçador de gente, o capitão do mato vive de engenho em engenho, de fazenda em fazenda, ofertando seus serviços a senhores que porventura tenham escravos ‘tirando o cipó’, isto é, sumidos por aqueles pedaços de mundo” (GOULART, 1972, p. 69); e “aconteceu assim: eu descia a favela no bagaço; tinha sido uma noite daquelas. Mais de três horas caçando vagabundo, sem resultado” (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 24). O foragido, nas duas épocas, é percebido por um viés animalesco, objeto que deve ser perseguido e apreendido para assegurar a ordem pública.

A necessidade de conter o avanço da violência urbana surge como uma espécie de alibi para justificar a utilização de técnicas de torturas físicas e psicológicas,

executadas pelo policial, na investigação do suspeito: “todo policial do BOPE sai do quartel com seu saquinho plástico, peça que já foi integrada ao kit básico. O saco serve para pôr na cabeça do marginal, apertando bem na base, que fica amarrada no pescoço. O sujeito sufoca, vomita e desmaia” (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 38).

E ainda:

a velha e boa porrada, que costuma bastar. Nada. Enfiamos fiapos de madeira debaixo das unhas (...). Diante da delegada, ele resmungou: “os policiais do BOPE me torturaram”, e mostrou os dedinhos roxinhos, com as unhas levantadas. A doutora delegada era uma profissional escolada e não nos decepcionou. Encarou o sujeito e emendou de primeira: “Ah, é? Coitadinho... Tá doendo, tá, filhinho? Quer que chame a mamãe, seu filho-da-puta?” (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 39).

Também, durante o regime escravocrata, os capitães empregavam métodos violentos em seus interrogatórios, como, por exemplo, o “anjinho”, instrumento que servia para “esmigalhar cabeças de dedo, arrancando juntamente com frangalhos sangrantes de unhas, aos fugitivos, as informações que *desejavam* e porventura não *obtinham* de pronto” (GOULART, 1972, p. 84).

Notadamente, as práticas dos policiais e as dos homens do mato comungam de uma mesma lógica, que sustenta um mecanismo de segurança opressor do sujeito negro, no Brasil. Épocas distintas, então, se fundem para alimentar estigmas construídos pelos aparelhos hegemônicos, figurados como arquétipos nas profissões abordadas, e refletidos como um alarde instalado na sociedade.

Considerações Finais

Com base nas análises supracitadas, observa-se que as formas de manutenção da ordem pública permanecem alicerçadas nas amarras do passado. A opressão ganha uma nova configuração, reforçada pelas modernas tecnologias no âmbito do confronto bélico, porém, está intimamente direcionada a um público demarcado histórico e ideologicamente.

As abordagens policiais não são apenas fruto de um treinamento sistêmico, pautado na aplicabilidade da violência, mas, cumprem a função representativa dos anseios sociais, em relação aos sujeitos comumente autuados. Neste sentido, o policial, simultaneamente, assume o papel de títere, sob o domínio de seus comandantes, e detentor de um “pseudo-poder” provisório.

Sendo assim, se a opressão apresenta-se como algo contínuo e gradativo na ligação entre os dois objetos analisados, vislumbrar uma mudança de percepções acerca do modo de controle da segurança torna-se utópico. Se realmente esta situação for uma tendência, como podemos observar em *Elite da Tropa*, a cor da pele vai continuar servindo como bússola na seleção de quem merece ou não arcar com as consequências de uma segregação histórica.

Referências

BEZERRA, Nielson Rosa. Entre Escravos e Senhores: a ambiguidade social dos capitães do mato. In: **Espaço Acadêmico**. n. 39. ano 6. Maringá, 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/039/39ebezerra.htm>>. Acesso em: 04 nov 2008.

FOCAULT, Michael. Os corpos dóceis. In: FOCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 141.

GOULART, José Alípio. A tomadia. In: GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. p. 93-103.

_____. Época e razões do surgimento do capitão-do-mato. In: GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. p. 77-82.

_____. Função e posto de capitão-do-mato. In: GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. p. 83-91.

_____. O capitão-do-mato. In: GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. p. 69-76.

NASCIMENTO, Haroldo. Capitães-do-mato ainda nos rodeiam. In: **Laboratório de Políticas Públicas: UERJ**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/exibir_opiniaio.asp?codnoticias=17926>. Acesso em: 04 nov 2008.

PEREIRA, Nancy Cardoso. Tem Capitão do Mato demais por ai! Todos PhD. In: **Adital: Notícias da América Latina e Caribe**. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30322>>. Acesso em: 04 nove 2008.

SILVA JR., Juarez C. da. O Capitão-do-mato. In: **Afroamazonas: Movimento Afrodescendente do Amazonas**. Manaus, 2005. Disponível em:

<<http://www.movimentoafro.amazonida.com/capitao-do-mato.htm>>. Acesso em: 04 nov 2008.

SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 308 p.

TRILHA BOA PAZ. Capitão do Mato (*Lipaugus Vociferans*). In: **Trilha Boa Paz**. Itacaré, s/d. Disponível em: <<http://www.fazendaboapaz.com.br/capitao/>>. Acesso em: 04 nov 2008.

VARGUES, Guilherme. A miséria da tropa ou capitão do mato e senzala. In: **Agência de Notícias das Favelas**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.anf.org.br/2007/11/08/a-miseria-da-tropa-ou-capitao-do-mato-e-a-senzala/>>. Acesso em: 04 nov 2008.